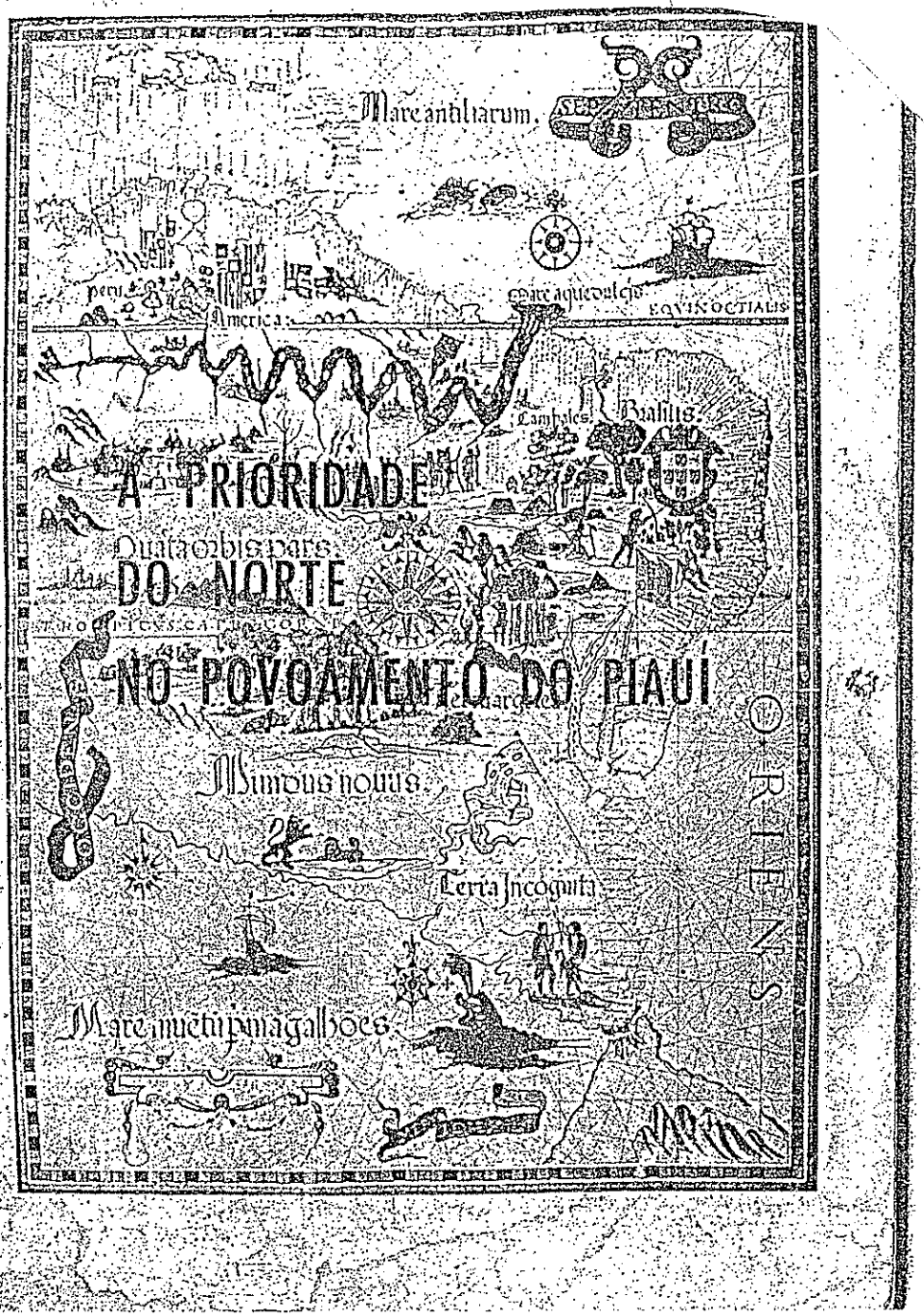
PE. CLÁUDIO MELO

4,20

MARCOS CÓPIAS
PROFº: BERNARDO
DISPL.:
VALOR: HIST. REGIONAL

PROFº: BERNARDO
DISPL.
VALOR: HIST. REGIONAL

Prof. Ms. Bernardo Pereira de Sá Filho
Historiador/UFPI - Matr.: 3882-2



Pe. Cláudio Melo

A PRIORIDADE DO NORTE

NO

POVOAMENTO DO PIAUÍ

1985

No passado,

era de praxe que os escritores dedicassem as obras que publicavam aos reis ou alguns nobres, ao Cristo ou a Virgem Santíssima, como expressão de vassalagem, fé ou alta estima.

É de justiça

que, nas pessoas de Valfrido Salmito, Leonides Filho, Renato Andrade e Lineu Costa Araújo,

eu cumpra este dever para com a SUDENE e a FUFPI, pela Bolsa de Estudos que me possibilitou esta revisão na História do Piauí, e várias outras que logo se seguirão.

Estas páginas
são ainda uma homenagam
aos meus alunos da EUMA
e da FUFPI.

e

a expressão de agradecimento à

Liga das Senhoras Católicas, a
João Claudino,
João Freitas,
Lincoln Matos e
Maria Ester Melo Brito e
outros amigos que acreditaram em mim e me ajudaram nestes três anos de pesquisa.

ÍNDICE

Dedicatória 3

Prefácio 9

À Guisa de Introdução 15

Cap. I — O BRANCO DESBRAVA O NOSSO LITORAL 18

1.1 — As primeiras notícias do Piauí 18

1.2 — Dois Documentos do séc. XVI 21

1.3 — Ocorrências do século XVII 24

Cap. II — O NORTE PIAUIENSE HABITADO PELO BRANCO ANTES QUE O SUL 27

Cap. III — O PIONEIRO ENTRE OS CURRALEIROS 38

3.1 — Barbosa Lima Sobrinho X Odilon Nunes 38

3.2 — Domingos Jorge Velho X Domingos Afonso Mafrense 40

3.3 — A teimosia de Barbosa Lima Sobrinho 46

Cap. IV — MAIS ARGUMENTOS EM FAVOR DO PAULISTA 53

4.1 — Documentos de possível aplicação ao Paulista 53

4.2 — Um documento irrefutável 56

Cap. V — OUTROS CURRALEIROS NOS VALES DO NORTE 59

Cap. VI — OUTROS SINAIS DA PRIORIDADE DO NORTE 64

6.1 — Os primeiros caminhos 65

6.2 — O comércio incipiente 70

Cap. VII — A EXPLICAÇÃO DO ERRO JÁ CONSAGRADO 71

Notas 76

PREFÁCIO

A amizade e o companheirismo de lutas na formação da estudantada da Universidade Estadual do Maranhão estreitaram durante anos a fio nosso relacionamento e nos fizeram mútuos credores de uma dedicação sincera entre mim e o Pe. Cláudio Melo.

A reafirmação desses laços fraternais é testada mais uma vez através do pedido indeclinável que me faz o amigo religioso: a prefaciação de sua mais recente monografia histórica intitulada "A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí". Aceito a difícil incubência que me honra e desvanece sobremaneira, com humildade e, até certo ponto, com receio — É o senso de autocrítica, martelando o cérebro, demonstrando as limitações intelectuais, e sobretudo a superficialidade do conhecimento histórico sobre a temática.

Pe. Cláudio Melo reexamina, num estilo simples, quase didático, o assunto controvertido, numa profunda análise crítica.

O autor de "A Prioridade do Norte no Povoamento do Piauí", sociólogo de formação, com curso de Doutorado em Sociologia realizado em uma das Pontifícias Universidades de Roma, e com alguns trabalhos publicados no gênero, redescobriu, para felicidade dos raríssimos pesquisadores do Piauí, e no momento oportuno, o fascínio que a História regional nos oferece. Daí

então, essa atração pelo passado tem sido uma constante na vida do novo historiador.

Pe. Cláudio acaba de regressar de Lisboa, no goso de Bolsa de Estudo, em nível de pós graduação, concedida pela SUDENE. De Portugal ele nos trouxe riquíssimo material documental político social sobre o Piauí, recolhido nos seculares meandros arquivísticos da Torre do Tombo, do Arquivo Ultramarino, de Évora e da Casa de Cadaval.

Sua tese, ora publicada, reformula através de um revisionismo inédito e revolucionário, tudo que se disse ou escreveu com relação a prioridade do descobrimento do Piauí. Para ele, nem ao Bandeirante Paulista Domingos Jorge Velho, nem muito menos aos prepostos da Casa da Torre, os irmãos Domingos e Julião Afonso Mafrense, cabem a primasia de terem sido os primeiros homens brancos a pisarem e morarem nas terras concedidas a Antônio Cardoso de Barros.

Indiscutivelmente foi o náufrago Nicoláu de Resende, o descobridor do Piauí, por ter aqui chegado nos fins do século XVI, e aqui constituido família, junto aos Tremembés. Reforçando a tese antecipadora da civilização portuguesa litorânea e nortista sobre as demais, Pe. Cláudio Melo refere-se também a indiada que habitava os vales do Poti e Longás, como conhecedora da venda e do aforamento de suas terras aos mamelucos, já em 1684.

Concluida a proposição conhecida mas não reconhecida da prioridade de Nicoláu de Resende como descobridor do Piauí,

o sociólogo-historiador desce ao terreno da disputa mantida sobre a prioridade dos curraleiros na região centro-sul piauiense. Da polêmica inacabada e sem vencedores, sustentada entre Barbosa Lima Sobrinho e Odilon Nunes, dois gigantes da historiografia mafrense, serve-se Pe. Cláudio Melo para refutar a tese do primeiro, num estudo crítico inteiramente baseado nos textos sobre os quais Barbosa Lima dessedentou. A argumentação categórica e convincente do refutador chama-nos a atenção quando explicita: "ninguém, particularmente um historiador, tem autoridade para negar a veracidade de um documento, pelo simples fato de sentí-lo de redação confusa ou contraditória, com relação a outro".

E desse modo demonstra Cláudio Melo a agudez, a amplitude interpretativa e versatilidade de Odilon Nunes sobre Barbosa Lima Sobrinho.

A problemática questão — Domingos Jorge Velho versus Domingos Afonso Mafrense sobre a primasia do descobrimento do Piauí que vem há mais de 60 anos empolgando estudiosos do passado nordestino se encerra com um documento chave irretorquível, revelado e publicado em primeirissima mão pelo Pe. Cláudio Melo aos historiadores brasileiros; o registro e confirmação da sesmaria concedida a Dâmaso Pinheiro de Carvalho (1).

O bandeirante paulista, Domingos Jorge Velho foi o primeiro a chegar e levantar currais no interior do Piauí, na Barra do Poti. Domingos Afonso Sertão veio depois. Ao Paulista deve-se a consagração

do primeiro desbravador e curraleiro de nossa terra; a Nicolau de Resende a primasia de ser o primeiro branco a pisar o solo só conhecidos dos Tapuias.

A monografia reveladora e ousada, neste capítulo inicial e penumbroso da História do Piauí, prossegue emergindo num alvorecer de luses. Rasgando novos caminhos, vislumbrando as primeiras trocas comerciais, o panorama torna-se nítido através de um julgamento documental, recolhido em fonte cristalina.

Aclaradas as dúvidas com a revisão de um polêmico erro histórico tradicional, ficou a valiosa contribuição do Pe. Cláudio Melo à história viva do Piauí, dimensionada na fluidez das ondas espumosas que rumorejam e banham as praias de Luis Correia ao emaranhado e misterioso agreste inhospito, povoado de índios bravios, sacrificados pelos punhos de ferro dos Nicolau, dos Domingos Velho e Sertão e de muitos outros nossos

Josias Clarence Carneiro da Silva
Presidente do Instituto Geográfico
Histórico do Piauí

1 — Todo esse acalorado debate, divisor de opiniões, dos mais ilustres historiadores brasileiros, envolvendo nomes como Rocha Pita, Pereira da Costa, Afonso Taunay, Odilon Nunes, Carlos Eugênio Porto e Barbosa Lima Sobrinho, poder-se-ia ter evitado com tempo. A i-

nabilidade política-administrativa do Governador Leônidas de Castro Melo, provocando ódio rancoroso a quem detinha peça documental de grande importância sobre o assunto — o famoso Encontro entre Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense, fê-la repetir o condenável gesto perpetrado por Rui Barbosa, quando Ministro da Fazenda, com relação ao volumosíssimo registro sobre o tráfego de escravos da África para o Brasil.

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Há uma tese dita, repetida e confirmada que o Piauí foi povoado de sul para norte; que tal povoamento começou no terceiro quartel do século XVII, como resultado das conquistas da Casa da Torre; que teve como descobridor(es) Domingos Jorge Velho e/ou Domingos Afonso Mafrense; que os primeiros currais surgiram no Vale do Gurguéia e daí passaram aos vales do Piauí e Canindé, atravessaram o Potì e pelo Longá chegaram ao extremo norte. Há ainda quem veja nesta forma de povoamento a explicação de nossa pobreza econômica, supondo que as distâncias do litoral nos deixaram também distantes da economia que ali floresceu. E para todas estas afirmações sempre houve um consenso entre os historiadores.

Confesso que nunca me senti com vocação para historiador. Minha paixão é, e sempre foi, a Sociologia. Não posso, porém, entender porque os que cultivam a

ciência do nosso passado ainda não sentiram a inconsistência deste ensinamento, ou a necessidade de rever os documentos primeiros de nossa civilização, com relação a esta e outras doutrinas ora em contestação.

Sinceramente, e sem nenhum menosprezo a autoridade dos que assim pensam e ensinam, eu creio que já estamos bastante adultos para continuarmos dando ao argumento de autoridade mais força que aos documentos, principalmente quando eles existem em profusão. Urge que, a bem da verdade histórica, se faça uma revisão crítica, uma análise mais cuidadosa dos fatos revelados dos nossos primórdios.

Mais uma vez, insisto com os professores de História e com os estudiosos de nossas orígens, para que se faça ao menos um atento reexame dos textos já conhecidos, pois, ao meu ver, eles mesmos são suficientes para que se entabule uma científica discussão sobre tão importante matéria, que me parece ser um erro consagrado unicamente porque tememos pensar contra tantas respeitosas autoridades.

Nesta quase centena de páginas, o que pretendo é esboçar algumas idéias e fatos, posto que não muitos, capases de dar uma nova ótica à nossa compreensão da realidade histórica, esperando assim convencer de que os primeiros passos de nossa civilização não foram obra de Mafrense. Neste trabalho quero limitar-se apenas ao objetivo chave que é:

Mostrar que o povoamento do norte piauiense antecedeu ao do sul, acentuando que

- nossa civilização começou pelo litoral, ainda no século XVI
- Domingos Jorge Velho realmente se antecipou ao Mafrense e
- a implantação dos primeiros currais, teve sua marcha pela Ibiapaba e não pelos vales do Piauí e Gurguéia.

Estas páginas se colocam assim como um passo inicial para a revisão daqueles momentos que marcaram o começo de nossa civilização.

Não se trata ainda de um estudo definitivo pois, sem dúvida, ainda nos será preciso queimar pestanas nos Arquivos de Belém, São Luis, Recife, Salvador e, principalmente, nos Arquivos e Biblioteca Nacional, onde as riquezas históricas do Piauí pouco foram escavadas, e que certamente guardam surpresas para os que se arriscarem a tão bela aventura.

Enquanto novidades não aparecem, refletiremos sobre aqueles documentos que, embora nos sejam conhecidos, não foram ainda considerados com a merecida atenção. Eles já são muitos e reclamam, na sua leitura, uma mais cuidadosa atenção, sobretudo quando comparados entre si, porque, não raro foram mal interpretados no passado. Este pequeno estudo que publico nestas páginas, se não ficar limitado à caridosa leitura de mais uma opinião, trará, sem dúvida, o proveito que desejo todos tenhamos.

CAPÍTULO I

O BRANCO DESBRAVA O NOSSO LITOTAL

Os primeiros sinais da presença do branco em terras piauienses veem dos tempos do descobrimento do Brasil. Inicialmente foram marcados apenas por contactos entre marinheiros e selvícolas, com intuitos meramente comerciais, posto que às vezes duradouros, sem porém o propósito de povoamento. Estas relações economicas antecederam de muito ao processo de ocupação do solo com currais e, pela sua constância jamais suspensa, marcaram a primeira forma de nossa civilização. Tais fatos os analisaremos neste e no capítulo que segue.

1.1 — As primeiras notícias do Piauí

Há quem diga que pouco antes da

declaração oficial do descobrimento do Brasil, já aventureiros percorriam o nosso litoral e dele faziam mapas. Isto, posto que provavel, não tem confirmação, com relação ao litoral piauiense. É certo,no entanto que a descoberta do delta parnaibano é muito antiga, e ocorrências várias nos são conhecidas, tanto no litoral como no meio norte piauiense. No litoral não é temerário presumir o aparecimento do branco em data anterior a 1514, dada a carta de Estevão Frois que, não somente confessa a existencia de embarcações transitando pelo litoral norte, como adianta que ele não era estranho aos navegadores portugueses. O mapa de Lopo Homem, que se presume ser de 1519, revela "um conhecimento geográfico muito adiantado, em contraste com o silêncio da História, e fruto,por consequência, duma série sistemática de explorações desconhecidas" (1) Ali já encontramos o rio do Ano Bom (Parnaíba), assinalando que,por aquele tempo, o delta de nosso principal rio era visitado pelo branco.

Também o mapa de Visconti de Maiollo, que se atribue ser de 1527, estampa não apenas o delta parnaibano, mas os pequenos acidentes geográficos de suas várias bocas.

Só na segunda metade do século XVI é que aparecem as primeiras indicações do curso do rio Parnaíba. Antonino Freire em "Limites do Piauí" nos garante: "Nos monumentos cartográficos deixados pelos nossos primeiros exploradores, o Parnaíba só começou a figurar neles depois dos mapas de Desseliers (1550) e Diogo Homem (1558 —

1568), é apresentado com uma só abertura sobre o mar, a qual corresponde visivelmente a Baía de Tutóia" (2).

A Carta de Bartolomeu Velho(1561), nos aponta o Parnaíba nascendo, com o São Francisco e o Tocantins, de uma grande lagoa, como era a tradição recebida dos nativos. Esta informação também chegou aos ouvidos de Gabriel Soares, só que,pela exposição de Nicolau de Resende, a informação não era totalmente lendária, pois as lagoas eram as do Cajueiro e do Buriti.

Tudo isto prova que, navegantes e aventureiros penetraram também parte deste continente e, graças a informações dos nativos, o conheceram suficientemente a ponto de poderem registrar, umas vezes com mais clareza, outras com menos, a presença do civilizado na interlândia piauiense.

Por época de divisão da Colônia em Capitanias Hereditárias,não podia ser desconhecida aquela parcela que coube aos Cardosos de Barros, a Aires da Cunha e depois a Luís de Melo. Está claro, posto que não documentado, que antes de aqueles nobres realizarem as fracassadas missões de posse, tiveram notícias da Donatária que lhes coube. Eles não aceitariam, e ninguém lhas faria receber, para empresa de tão grande vulto, uma terra da qual não lhes tivesse chegado aos ouvidos um mínimo de informações. Quem fez a doação podia desconhecer o valor daquilo que doava; quem, porém, aceitou a dádiva, e se dispoz colonizá-la , não podia ignorar o regalo.

1.2 — Dois documentos do século XVI

A mais antiga descrição importante conhecida a respeito do litoral piauiense, me parece ser o "Tratado Descritivo do Brasil", de Gabriel Soares de Sousa, com data de 1587. Em duas passagens ele nos dá as seguintes informações:

"Deste Rio do Meio à Baía do Ano Bom são onze léguas, a qual consta está na altura de dois grau, onde entram navios da costa e têm muito boa colheita,a qual Baía tem um grande baixo; no meio e, dentro nela se vem meter no mar o Rio Grande dos Tapúias, e se navega um grande espaço pela terra dentro, e vem de muito longe; o qual se chama dos Tapúias por eles virem por ele abaixo em canoas, a mariscar ao mar desta baía..." (3)

"Como fica dito, o Rio Grande está em dois gráus da parte do sul, o qual vem de muito longe e traz muita água,por se meterem nele muitos rios: e,segundo a informação do gentio, nasce de uma lagoa em que se afirma acharem-se muitas pérolas. Perdendo-se, haverá 16 anos,um navio nos baixos do Maranhão, da gente que escapou dele, que veio por terra, afirmou um Nicoláu de Resende, desta companhia, que a terra toda, ao longo do mar até este Rio Grande, era escalvada a maior parte dela, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande, que seria de 20 léguas pouco mais ou menos; e que ao longo dela era a terra fresca e coberta de arvoredo; e que mais adiante achara uma outra muito maior, a que não vira o fim,mas que a ter-

ra que visinhava com ela era fresca e escalvada, e que em uma e em outra havia grandes pescarias, de que se aproveitavam os Tapúias, que viviam por esta até este Rio Grande: dos quais disse que recebera, com os mais companheiros, bom tratamento. Por este Rio Grande entram navios da costa e tem nele boa colheita, o qual se navega com barcos algumas léguas" (4).

Enquanto documento mais antigo não for descoberto e publicado, esta será a página de ouro de nossa história, a primeira descrição da terra, de seus habitantes e primeiros visitadores civilizados, das riquezas naturais, da economia primitiva.

Se voltarmos ao texto e distribuirmos as informações nele contidas, observamos com mais clareza a riqueza que nos fornece o autor para confirmação de nossa tese. Vejamos:

a) Informações sobre o território

- Fica entre o Rio do Meio e a Baía de Ano Bom, são 11 léguas;
- está a altura de 2 gráus;
- ali entram navios da costa e têm muito boa colheita;
- pelo Rio Grande dos Tapúias se navegam em grande espaço pela terra dentro, e vem de muito longe;
- naquele rio se metem muitos rios, nasce de uma lagoa em que se afirma acharem-se muitas pérolas

b) Informações sobre seus habitantes

- Era habitado pelos índios tapúias (Tremembés), com quem os brancos comerciavam
- aqueles tapúias eram hospitaleiros e de frequentes tratos com os brancos que não só os visitavam para o comércio de madeiras, mas ainda em busca de preciosidades como as citadas pérolas
- com os índios viviam já há 16 anos (portanto desde 1571), Nicoláu de Resende e alguns companheiros náufragos (e não consta que eles tenham voltado com Gabriel Soares)
- Nicoláu de Resende conhecia a terra e sua fertilidade pelo menos até as lagoas de Buriti e Cajueiro.

Que mais se precisa para provar que nesta época o norte piauiense já era plenamente conhecido, visitado, e de qualquer forma, habitado pelo branco que pacificamente conviveu com os nativos ?

Não é tudo. André de Thevét, ao escrever "Les Français en Amerique", obra contemporânea ao "Tratado Descritivo do Brasil", nos deixa claro que não só o litoral, como suas visinhanças, do Parnaíba ao Rio Grande (do Norte), foram totalmente vasculhados, légua por légua, pelos franceses. Lá encontramos a descrição da terra, a riqueza abundante de sua fauna, de sua flora, de seus minérios, de sua gente. Ali se lê, entre outras coisas, uma para nós importante notícia sobre os Tacarijús, de São Miguel do Tapúio(5). Pela narração

se percebe que Thevêt conhecia pessoalmente o que descrevia. Era um missionário, e provavelmente o primeiro a contactar os nossos nativos.

1.3 – Ocorrências do século XVII

Fatos mais recentes, como as passagens da Ibiapaba ao Maranhão, desde as primeiras incursões dos franceses, ao tempo do seu estabelecimento, envolvendo no processo de expulsão, as duas marchas de Pero Coelho e a de Jerônimo de Albuquerque, e, em 1626, a passagem de Frei Cristovão de Lisboa, completam o argumento de que, desde o século XVI, sem interrupção, não só o litoral mas toda a sua proximidade foram palmilhados pelos aventureiros da época, e isto, por um longo período.

Barbosa Lima Sobrinho, no capítulo I do seu livro "O Devassamento do Piauí", nos aponta vários outros testemunhos da presença do homem civilizado no litoral piauiense (6). Também é bastante rica a informação que nos dá Carlos Studart Filho em seus Fundamentos Históricos. Os estudos de ambos bem servem para reforço desta tese, a aos quais nos podemos reportar se quizermos mais riqueza de argumentos.

Temos também o conhecimento da presença de Missionários no norte piauiense muito antes de qualquer notícia deles nos vales do Piauí e Gurguéia. É rico o noticiário sobre estes abnegados propagadores da fé católica entre nós. Quem duvida de que entre nós estiveram os capuchinhos do Maranhão, ao tempo da invasão francesa ?

André de Thevêt, sem dúvida, visitou nosso litoral, a Ibiapaba e os Tacarijús. Não creio que, sendo franciscano, se tenha abstido de anunciar o nome de Deus àquela gente de quem fez tão bela descrição. Para mim, foi ele o precursor da fé católica no Piauí.

O Pe. Luís Figueira, ao descrever o martírio do Pe. Pinto, nos faz saber que sacerdotes o teriam antecedido, quando nos fala da conduta de outros missionários, ao receberem em abundância os donativos dos índios (7). A partir de 1656, quando os jesuítas se instalaram na Ibiapaba, nossos selvícolas do norte foram pacificados, evangelizados e aldeiados. Disto Vieira nos dá testemunho na seguinte informação, transcrita por Vernhagem:

"Um correio que veio por terra de Pernambuco ao Maranhão, passando por tantas nações bárbaras que comiam a quantos chegavam às praias daquela compridíssima costa, por estarem já todas pacificadas, por meio de dois missionários que temos na Serra da Ibiapaba" (8)

Sabemos ainda que, desde 1684, percorria o território norte piauiense o Pe. Domingos Ferreira Chaves, Missionário Geral no Brasil; e ele assim se expressou:

"Tudo o que escrevia, lhe era ditado pela experiência de 35 anos (isto em 1719) naquelas regiões, e pela de outros sacerdotes velhos (9).

Como veremos no próximo capítulo, os índios Aruazes já eram cristãos em 1696 e foram evangelizados em sua terra antes de qualquer outra tribo conhecida. Se aceita-

mos que Domingos Jorge Velho foi o Desbravador de nossos sertões, e se concordamos que sua obra começou por volta de 1661, admitiremos que o Missionário de seu Terço foi também o evangelizador dos Aruazes.

Pelo que se sabe até o momento, nenhuma ocorrência destas se deu no sul piauiense, em época tão remota.

CAPÍTULO II

O NORTE PIAUIENSE HABITADO PELO BRANCO BEM ANTES QUE O SUL

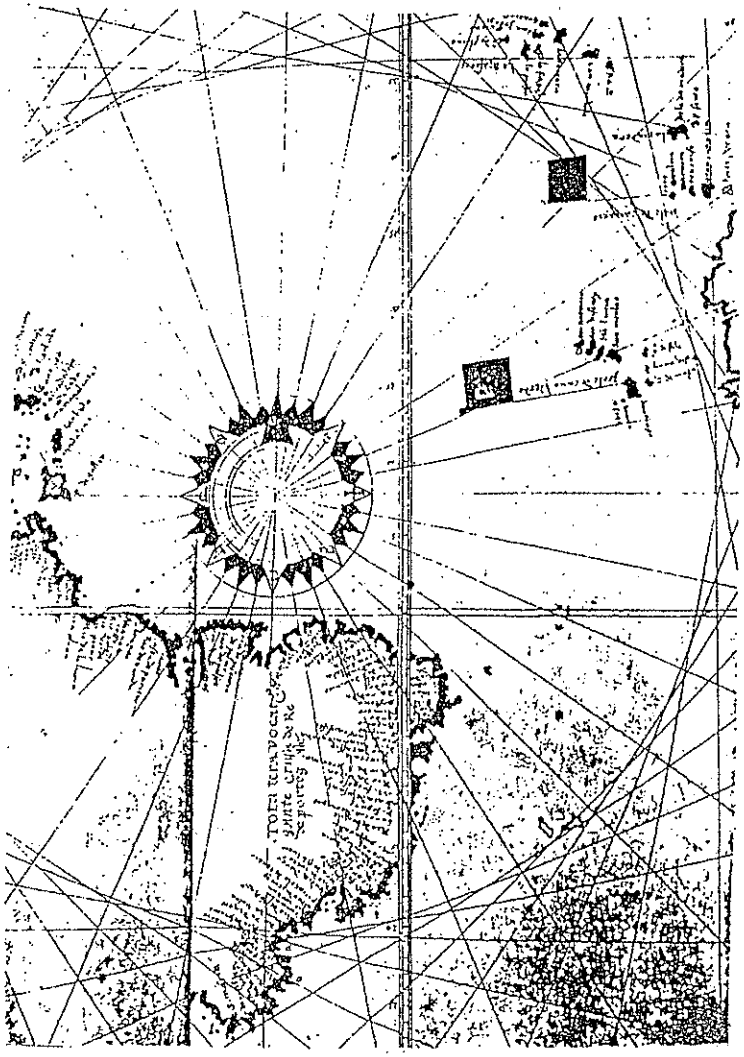
O que se afirma no título deste capítulo é uma conclusão lógica do antes citado. Neste parágrafo se pretende apenas dar ênfase a fatos por todos nós coconhecidos como verídicos e que, no entanto, por falta de precisão rigorosa de pessoas, locais e datas, nunca lhes demos a importância que têm.

Os primeiros brancos que conhecemos residindo no litoral piauiense foram Nicoláu de Resende e seus companheiros que, segundo Gabriel Soares de Sousa, naufragaram quase às nossas praias em 1571, e foram bem acolhidos pelos Tremembés, com quem conviveram pacificamente. Foram estes homens os que, por primeiro, deram ao sangue nativo o componente luso, e os únicos a merecerem, até o momento, o título de descobridores do Piauí, pois aqui vieram, aqui vive-

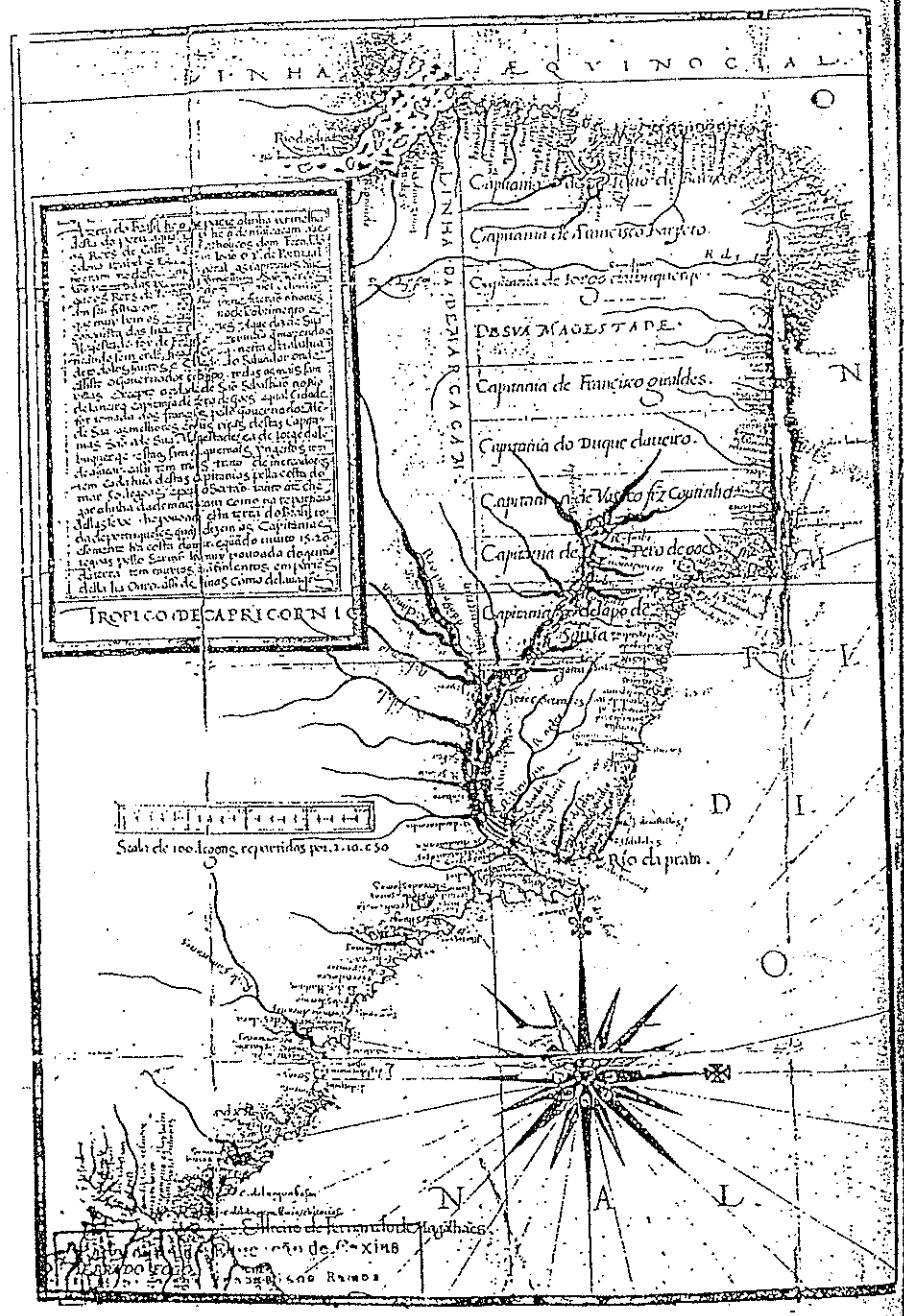
ram, constituiram família, trabalharam, quer desbravando terras, quer comerciando com os europeus. E não consta que voltaram à pátria. Para mim é uma injustiça imperdoável ao historiador moderno, negar a Nicolau de Resende e seus companheiros o título disputado para Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Mafrense. O fato de, sobre aqueles náufragos, nada sabermos além do que escreveu Gabriel Soares de Sousa, não nos tira a obrigação de concluirmos que estes homens desempenharam pelo menos o mesmo papel que tiveram todos os aventureiros que por aqui viveram, além da singularidade gloriosa de serem os pioneiros. Negar-lhes a honra de descobridores porque a sua obra não foi duradoura, também não tem sentido, pois sabemos que, um século depois de sua morte, e comércio do litoral ainda era o mesmo, com outros e mais outros intermediários que os sucederam ininterruptamente. No anonimato estão apenas os nomes, não a obra, que continuou até os nossos dias.

Quer queiramos, quer não, enquanto outra ocorrência anterior não for descoberta, foi em Luís Correia e Parnaíba que começou a civilização lusa no Piauí. O fato de a semente que Nicolau de Resende alí plantou ter morrido com os maus tratos que os portugueses deram aos selvícolas, quando muito nos dá o direito de dizer que a obra civilizatória recomeçou no Poti com a obra de Domingos Jorge Velho.

Não nos são desconhecidas as afirmações de que muitos dentre os comerciantes espanhoes, franceses e holandeses,

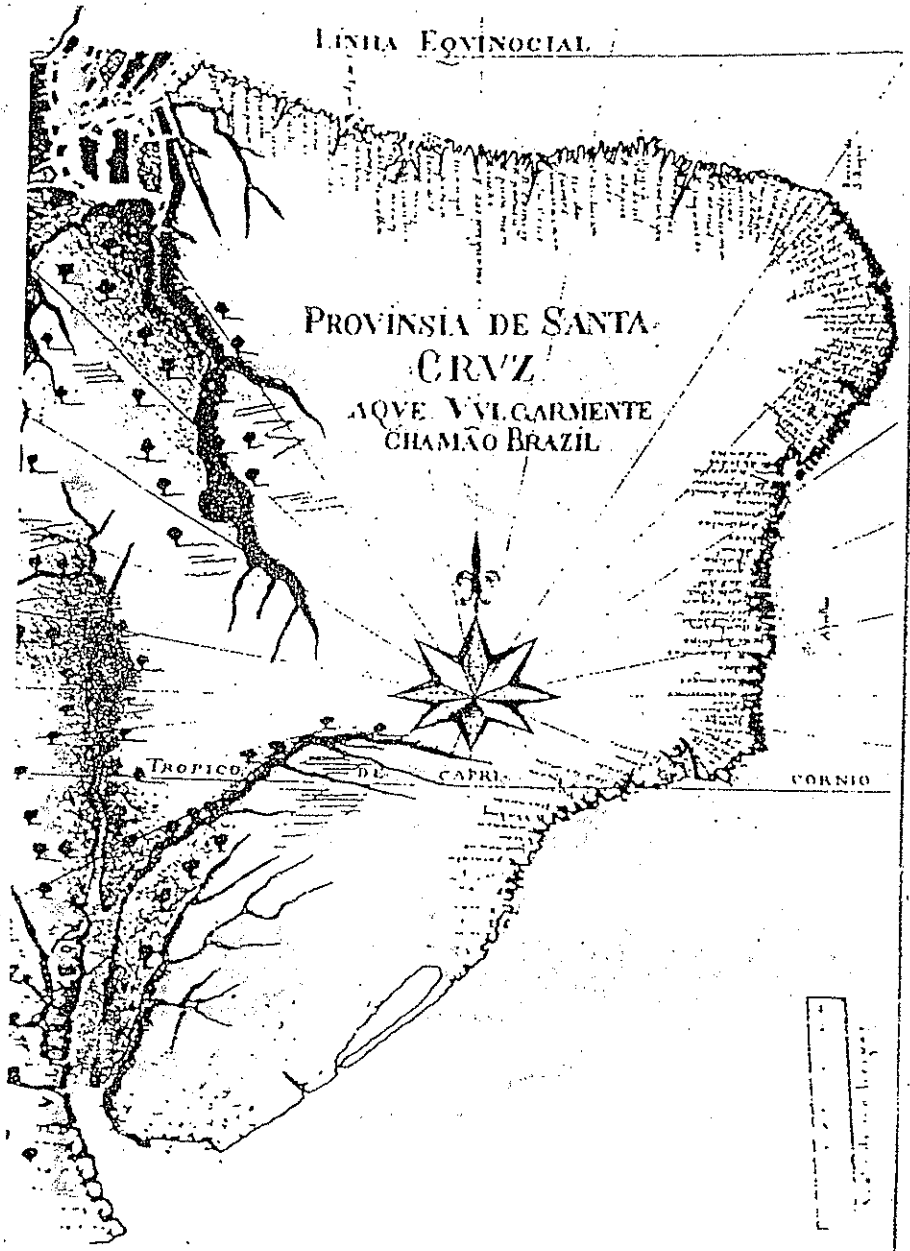


Carta de Maiollo, parte referente ao Brasil

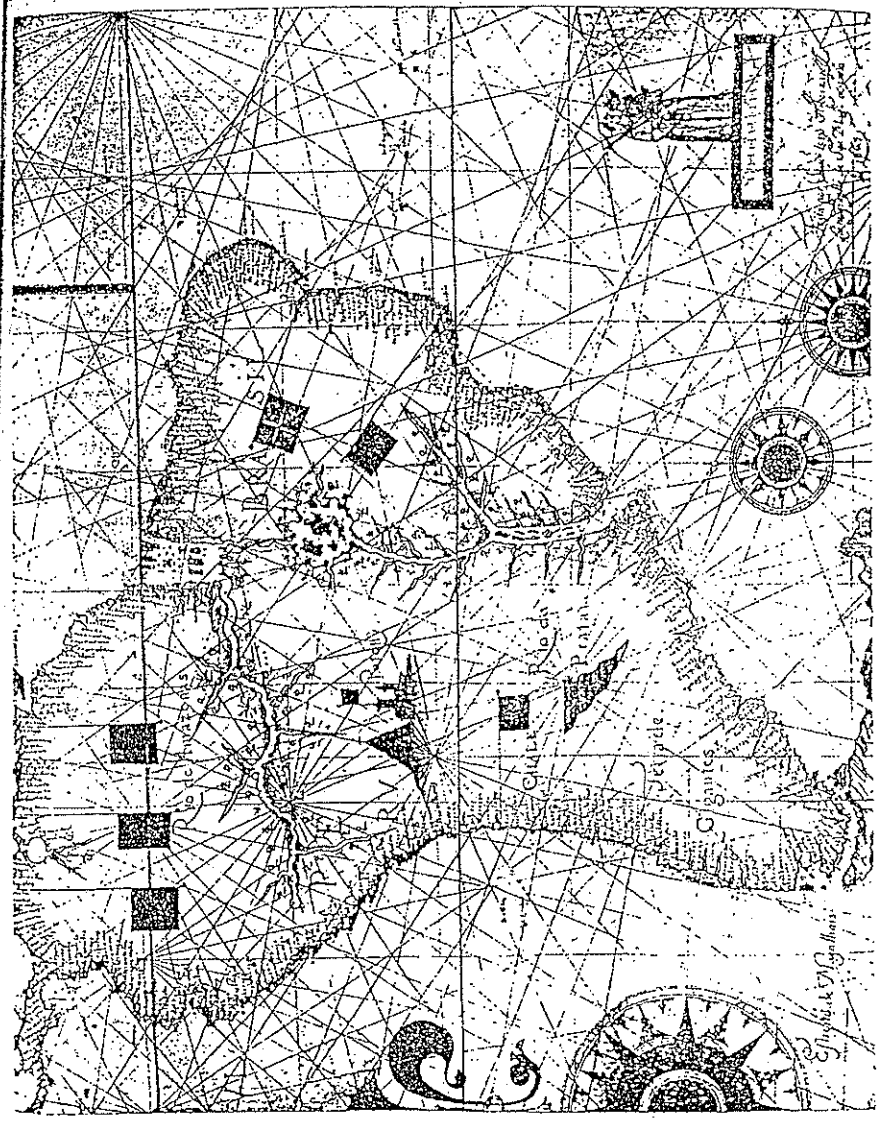


A DIVISÃO DO BRASIL EM REGIME DE CAPITANIAS. REPRODUÇÃO DA CARTA INCLUÍDA NO CÓDICE ILUMINADO ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS ETC. — SÉCULO XVI

Mapa do Brasil, reproduzido do atlas dos Reinel — Vêem-se aborígenes cortando e transportando o pau-brasil



Mapa da Provincia de Santa Cruz, depois Brasil



que rondaram pelas costas norte do Brasil, deixaram entre os índios alguns companheiros que seriam intérpretes e intermediários nas trocas que faziam. Estes homens, pelo comércio de exploração de madeiras e pela cata de minérios preciosos, percorrendo rios e montanhas, introduzindo o uso da enxada, foice, machado e outros ferros na agricultura, morando pacificamente com os nativos deram aquela tonalidade importante, sem a qual a nossa civilização não teria tão rapidamente se expandido, esmagada por aqueles predadores de índios do século XVII que retribuiram o abraço do índio com a violência da escravidão.

Quando os franceses se apossaram do Maranhão, chegaram sem nenhuma dúvida, a transporo Parnaíba e a contactar os nossos aborígense. Aí estão as obras de Claude Abbeville, de Ives d'Evreux, de Betendorf e outros a nos convencerem do trabalho civilizador que fizeram junto aos nossos nativos. Os tremenbés, as várias tribos da Ibiapaba, além de outras distantes 200 e 300 léguas (sic), cujos nomes não foram citados por Ives d'Evreux, receberam uma maravilhosa forma de civilização, como o ensino da língua francesa, da religião e ainda a prática de trabalhos artesanais e de agricultura, sem a marca portuguesa da escravidão. Os Tremenbés foram grandes aliados dos franceses; também o foram os índios da Ibiapaba, dos quais entre os mais fieis estavam os Caratius e os Tacarijus.

Sem um contacto diuturno, isto não seria possível, principalmente se considerarmos que os laços de amizade com os

franceses foram tão estreitos que se fez preciso mais de um século para que aqueles índios fizessem a paz com os portugueses. Ao tempo em que os holandeses chegaram ao Ceará, sabemos que deixaram sinais de sua presença, no Piauí, ao menos em Frecheiras (interior de Cocal) e no Marvão, onde exploraram nossos minérios e nos deixaram abandonados, inclusive bigornas.

Em meados do século XVII, pouco antes de os homens da Casa da Torre chegarem aos vales do Piauí e Gurguéia, os índios Longás, Potis e outros do norte piauiense já recebiam a influência religiosa dos missionários da Ibiapaba, que pouco depois os aldearam.

Ao tempo do Governador Pero César de Meneses, do Maranhão, o Pe. Pero Luís superior jesuíta daquela Província e o Capitão Afonso Monroy, fizeram viagem de reconhecimento do rio Parauaçu (Parnaíba). Vital Maciel Parente em 1679 navegou dois meses naquele grande rio, sem lhe descobrir as nascenças. Em ambas estas Entradas se foi informado da presença do branco em terras do norte piauiense. Nas proximidades de lá onde se encontrava o Padre Pero Luís (e não nas cabeceiras do rio, como foi mal interpretado), havia "umas campinas de belos pastos, onde os brancos iam sobre uns cavalos, e sem dúvida que isto devem ser as campinas e pastos que vem do Ceará, correndo aquela corda para baixo até o Parauaçu" (1).

Em 1684 os índios dos vales do Poti e do Longá já sabiam distinguir ven-

da, de aforamento de terras e se negaram a vender o berço de seus antepassados aos brancos que por ali rondavam, querendo implantar curraes (2). Aliás, nesta época já não eram raras as entradas de pernanbucanos e baianos, vindas pelo Ceará.

Descendentes dos Bequimãos, fugitivos da perseguição do Governo maranhense, ao tempo da revolta, foram encontrados em princípios do século XVIII,na freguesia do Surubim.

Tão importante como as declarações acima é o que resulta da comparação entre a "Descrição do Sertão do Piauí", do Pe. Miguel de Carvalho, e o Relatório da Missão que os jesuítas fizeram em Bitorocara. O Relatório da Missão,feita em fins do verão de 1696,nos mostra o vale do Longá bem mais povoado que o sul piauiense.Em 18 dias de desobriga, em três fazendas apenas, se fizeram 317 confissões e 275 comunhões. E ainda declararam os Missionários que, por causa do inverno,não puderam demorar o quanto se fazia necessário (3). Ora, como naquela época, confissões e comunhões eram quase que um privilégio, não apenas de adultos, mas só daqueles considerados capazes, se percebe que, em face de tantos sacramentos, a população daquele vale não seria inferior a 500 pessoas.Portanto bem maior que a população sulina.Isto também é uma prova de que, apesar da afirmação do Pe. Miguel de Carvalho de que visitara todo aquele sertão,o vale do Longá lhe era muito mal conhecido. Aliás a região do Parnaguá, que ele próprio visitou, ficou esquecida na Descrição que fez

de nossos sertões.

É suposição minha que nada escreveu sobre o Parnaguá porque, como estava previsto, esta região seria anexada à nova Freguesia da Barra do Rio Grande. Por outro lado foi omisso com relação ao norte porque tendo pressa em retornar para Mocha, não podia se demorar com mais visitas pelas longínquas terras do vale do Piracuruca,já habitado.

CAPÍTULO III

O PIONEIRO ENTRE OS CURRALEIROS

Embora defenda a tese de que a glória de descobridor do Piauí cabe a Nicolau de Resende e seus companheiros, conforme vimos nos capítulos anteriores, pois foram eles os primeiros que sabemos a aqui chegaram, explorando a região, constituindo família e vivendo com disposição de permanecerem (e não consta que tenham voltado a Portugal), entre os nossos historiadores há um consenso de que o descobridor do Piauí foi aquele que por primeiro plantou curral. Esta prioridade é disputada por dois Domingos, o paulista Jorge Velho e o mafrense Afonso Sertão.

3.1 — Barbosa Lima Sobrinho X Odilon Nunes

Nesta disputa encontramos entre outros, de um lado o culto Barbosa Lima Sobrinho, portador de títulos vários e membro de Academias e Instituições históricas nacionais; de outro, o obscuro ex-professor de História, em escolas de 1º e 2º graus do Piauí, Odilon Nunes.

Como soi acontecer, os piauienses só têm títulos e importância, se deixam o seu torrão, embora não raro aqui encontremos figuras cujo saber anuvia o dos intelectuais de fora. Odilon Nunes pode não ser (e não é) um homem culto, se por cultura se entende uma vastidão de conhecimentos vários, um renome de largas fronteiras, o reconhecimento das élites e massas. Se porém por cultura entendemos um conhecimento exato e profundo de determinadas áreas do saber, sem dúvida que Odilon Nunes é a maior cultura brasileira em História do Piauí.

A tese da prioridade entre os dois Domingos é um dos meus argumentos principais para provar a prioridade do norte sobre o sul, no povoamento seiscentista do Piauí, pois afirmo, com Odilon Nunes, a presença de Domingos Jorge Velho na bacia do Poti, por volta do ano de 1662.

Não teria grande dificuldade em concordar com Barbosa Lima Sobrinho que a sesmaria reclamada por Dona Jerônima Cardim Frois fosse mesmo em terras dos Palmares, embora, como São Tomé, eu deseje tocar nos documentos originais e estudar a corografia alagoana (1).

Afirmar, porém, que Domingos Jorge Velho não teve sesmaria no Piauí, me leva a pensar que Barbosa Lima Sobrinho "ficou tão alvoroçado com o que lhe parecia descoberta sensacional, que nem atentou em

que" era possível acontecer, como de fato aconteceu, que Domingos Jorge Velho foi sesmeiro no Piauí. Eufórico com a descoberta das sesmarias de Alagoas, nem se apercebeu que concluiu fora das premissas, afirmando que "também não se possa aceitar a data expressa no documento que é não somente de redação confusa, como discordante de vários outros papeis oriundos do próprio Terço dos Paulistas" (2).

Ninguém, partucularmente um historiador, tem autoridade para negar a veracidade de um documento, pelo simples fato de senti-lo de redação confusa ou contraditório, com relação a outro. Há normas científicas para que possamos tomar tal posicionamento; não convém uma autoridade em História ignorá-las.

Como pretendo escrever uma monografia mostrando os erros de Barbosa Lima Sobrinho nas suas teses contra Domingos Jorge Velho, como dolorosa teimosia que o cegou a ponto de interpretar e conduzir argumentos a conclusões categóricas, a partir do que ele mesmo nos aponta, não como certo, mas como possível, limito-me, no momento, a apenas provar a prioridade do Bandeirante sobre o Mafrense, em terras piauienses, completando que o seu curral foi na Barra do Poti ou visinhanças.

3.2 – Domingos Jorge Velho X Domingos Afonso Mafrense

Desde meados do século XVII que bandeirantes paulistas abriram caminhos pelas matas e sertões do norte brasileiro.

Várias bandeiras cortaram o território piauiense, quer em busca de preciosidades minerais, quer à cata da preciosidade humana que era o escravo índio. Entre os conhecidos que aqui estiveram, sem dúvida se assinala o nome de Domingos Jorge Velho, que teve curral e sítio bem antes que qualquer outro sertanista.

Como a presença de Domingos Jorge Velho no Piauí, praticamente não é mais contestada, negada é apenas a sua prioridade como desbravador, reservo-me tão somente à demonstração desta presença em data anterior a qualquer outro que por aqui surgiu como fazendeiro.

Os defensores da prioridade do Paulista afirmamos que ele chegou por nossas plagas por volta de 1662 ou 1663, portanto, entre 9 e 14 anos antes de Domingos Afonso Mafrense. Esta afirmação é baseada em vários documentos, entre os quais o mais explícito é a petição de Dona Jerônima Cardim Frois, viúva de Domingos Jorge Velho, dirigida ao Governador de Pernanbuco, solicitando as sesmarias que tinha direito, pelo contrato de Palmares.

Neste documento, de autenticidade ainda não contestada, se lê:

"O Mestre de Campo e subalternos oficiais tinham erigido para sua morada e habitação o rio Potí, que quer dizer rio ou água dos camarões, e o rio Parnaíba e .... neles tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações tanto vacum, como cavalares ou ovelhum e cabrum, etc. e faziam suas lavouras e assim têm seus domicílios 24 ou 25 anos, topando ban-

deiras ao gentio bravo para onde as ocasiões o pediam, defendendo assim.... que o dito gentio intentava contra as outras povoações dos brancos, dando por este meio lugar a que entrassem a povoar,como com efeito entrou e povoou todo o Piauí e Canindé, em Companhia da Casa da Torre de Garcia de Avila e defendendo as fronteiras do Maranhão, e ficara até que por parte de Sua Majestade foi o dito Domingos Jorge Velho chamado e requerido ao Senhor Governador João da Cunha Souto Maior" (3).

Esta citação é muito rica de informações que o leitor desatento pode desperceber. Barbosa Lima Sobrinho a resumiu assim:

"I – Domingos Jorge Velho, 24 ou 25 anos antes de 1687, isto é, em 1662 ou 1663, vindo de São Paulo com sua tropa de sertanistas, chegara com ela ao interior do Piauí.

II – Estabelecera-se o Terço paulista, com fazendas de gado, ao longo do Parnaíba e Poti, topando bandeiras ao gentio do Piauí e permitindo, desse modo, que se povoasse a região.

III – Depois de 24 ou 25 anos de semelhante atividade, deixara todos os seus bens e criações ao longo do Parnaíba para se dirigir aos quilombos dos negros dos Palmares.

IV – Essa descida para os Palmares ocorrera no ano de 1687.

Daí a prioridade de Domingos Jorge Velho no devassamento do Piauí,pois que o primeiro documento a respeito do seu êmulo, Domingos Afonso Sertão, é apenas de

1674, na patente para uma Entrada, que só se concluiu em 1676" (4).

No âmago da questão se coloca portanto, a data de chegada do Bandeirante ao Piauí, que para Barbosa Lima Sobrinho é inaceitável.

Sem nenhuma justificativa válida, ele simplesmente nega a possibilidade de Domingos Jorge Velho ter estado no Piauí em 1662 ou 1663. Seus argumentos mal pensados são por si bastantes para a confirmação do que ele nega. Comecemos pelo relato de Rocha Pita que, para o nosso contestador é peça essencial.Contemporâneo de Domingos Afonso Sertão e partícipe das atividades da Casa da Torre, também concordo que a sua obra "assume o sentido e o valor de um testamento" (5).

O Relato de Rocha Pita

"Um dos primeiros que penetráram aquele terreno foi o Capitão Domingos Afonso Sertão.... Possuia já uma fazenda de gados, chamada Sobrado, da outra parte do São Francisco, distrito de Pernambuco, na entrada da travessia que vai para o Piauí; e mandando dalí exploradores a indagar e penetrar a terra, lhe trouxeram as notícias, que desejava para as conquistas que pretendia.... Entrou por aquelas terras,até ali não penetradas dos portugueses,e só habitadas dos gentios bravos, com os quais teve muitas batalhas, saindo de uma perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos gentios, e fazendo retirar aos outros para o interior dos sertões.

Neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, um cabo dos paulistas poderoso em arcos,que desejando novas conquistas saira das províncias do sul, e de São Paulo, pátria sua, com numeroso troço dos seus gentios domésticos, a descobrir terras ainda não penetradas; e atravessando várias regiões do norte, chegara àquela parte, pouco tempo antes que o Capitão Domingos Afonso a entrasse. Viram-se ambos, e dando-se um ao outro notícia do que tinham obrado e descoberto,se ajustaram no que haviam de prosseguir; dividindo-se para diferentes partes,foi cada um pela sua, conquistando todo aquele país" (6).

Revendo as partes por mim evidenciadas, logo percebe o leitor a clareza da precedência do Bandeirante, com relação ao Mafrense. A evidência é tal que, sem outra saida, Barbosa Lima Sobrinho Concluiu:

"a imprecisão e um certo ímpeto gongórico acabam complicando o relato do baiano" (7).

Não sei onde está a imprecisão em afirmações como estas:

"chegara àquela parte, pouco tempo antes que o Capitão Domingos Afonso a entrasse", quando isto é dito após se ter afirmado que o Cabo Paulista era "poderoso em arcos" e que conduzia "numeroso troço dos seus gentios domésticos", e já tinha atravessado "várias regiões do norte".

Mas, como soi acontecer,entre teimosos há sempre mais um argumento em defesa de suas idéias. Barbosa Lima Sobrinho o encontrou no Livro X, página 103 do mesmo escrito de Rocha Pita. Foi a afirmação

de que Domingos Afonso Mafrense foi "o descobridor e conquistador das terras do Piauí".

É bom observar que no texto acima transcrito, se leu que o Mafrense não foi o descobridor, mas o conquistador daquelas terras,das quais já tinha "as notícias que desejava". Esta verdade não entra em contradição com o que se lê na página 103 citada, pois validamente só podemos concluir pelo que está escrito:Mafrense foi "um dos primeiros", é desbravador só daquelas"terras até ali não penetradas dos portugueses" e das que descobrisse de acordo com o que "se ajustaram no que haviam de prosseguir".

Observa-se ainda que Piauí, naquela época (e isto parece ser o pensamento de Rocha Pita) era sobretudo o vale do Rio Piauí. Recorde-se o que a respeito disse o escritor baiano:

"No ano de 1671 se descobriram os sítios do Piauí, grandíssima porção de terra que está em altura de 10 gráus do norte, além do Rio São Francisco para a parte de Pernambuco, no continente daquela Província, e não mui distante do Maranhão. Tomou o nome de um rio, que por pobre o não devia ter para o dar, pois corre só havendo chuvas, e no verão fica cortado em vários poços" (8).

Concordo piamente que Mafrense é o conquistador e povoador daquela porção do Piauí de hoje, o vale do rio Piauí, citado por Rocha Pita. Firmado no mesmo historiador, acompanho os defensores da prioridade do Paulista.

É Barbosa Lima Sobrinho que admite que "a penetração de Domingos Afonso pode ser situada na década de setenta, entre 1671 e 1676. Assim sendo, Domingos Jorge Velho, que o antecedeu, não pode ter chegado ao Piauí em 1679 ou 1680. E, assim sendo, por que não aceitar o testemunho de Dona Jerônima?

3.3 — A teimosia de Barbosa Lima Sobrinho

Apesar da clareza do texto de Rocha Pita, Barbosa Lima Sobrinho teima em negar a prioridade do paulista, argumentando com um belo arrumado de palavras, sem a devida consistência, que há contradição nos textos referentes à data da chegada do Bandeirante ao Piauí. Diz Barbosa Lima Sobrinho:

"Nos diversos documentos que se reportam à sua presença, não há como entender, muito menos conciliar datas. A Carta Autógrafa fica entre 1671, a contar da data do contrato de 1687, a 1678, a partir da data da Carta. Num dos requerimentos de seu Procurador, Bento Sorrel Camiglio, fala-se em 20 anos e não 16. Em outro requerimento alude a 10 ou 12 anos de serviços prestados pelo Terço paulista. Se reunissimos todas essas datas, iríamos encontrar, a partir do contrato de 1687 para a guerra dos Palmares:

No requerimento para a sesmaria de 1705.....1661 ou 1662
Na Carta Autógrafa de Domingos Jorge Velho.....1671
No requerimento de Bento Sorrel (Ennes 240 e 334)....1675 ou 1677

Uma distância de 16 anos entre as datas extremas. Fazendo o mesmo cálculo, tomando como ponto de partida a data do documento (ou aproximada, quando não datado), teríamos:

No requerimento da sesmaria de 1705.....1679 ou 1680
Na Carta Autógrafa(16 anos)..1680
No requerimento de Bento Sorrel (20 anos).....1675" (9).

Só a obstinação de uma idéia pode conduzir a tamanhos erros. Por que distribuir datas forçosamente a partir de 1687, ou necessariamente tendo por base o ano em que foi redigido o documento, quando está claro que não é este o pensamento do autor? Não será empenhar a própria autoridade, um cientista servir-se de tais artifícios que nada provam, mas conduzem a uma aparência de verdade? O simples fato de documentos parecerem contraditórios, não significa que o sejam. Às vezes somos nós que não sabemos nos ajustar a eles.

1 — O requerimento para a sesmaria de 1705

Quem lê o texto sem paixão percebe que a requerente ao falar de 24 ou 25 anos se refere ao tempo em que o Bandeirante passou no Piauí, junto aos rios Poti e Parnaíba:

"Neles tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações tanto vacum, como cavalares ou ovelhum e cabrum, ... e faziam suas lavouras, e assim têm seus domicílios 24 ou 25

anos.... e ficara até que,por parte de sua Majestade foi o dito Domingos Jorge Velho chamado e requerido do Sr. Governador João da Cunha Souto Maior" (10).

Barbosa Lima Sobrinho não se advertiu que, "tomando como ponto de partida a data do documento" ele iria chegar a conclusões indesejadas. Vejamos:

Se 24 ou 25 anos devessem ser contados tendo como base a data do requerimento de 1705, então teríamos a chegada do Bandeirante no Piauí entre 1679 e 1680 e assim, seríamos forçados a admitir o encontro descrito por Rocha Pita alguns anos depois de 1679 ou 1680 porque, como já vimos, Domingos Jorge Velho já tinha o seu Terço organizado de "numerosos troços de seus gentios domésticos", e, como se vê em outras citações, a organização de seu Terço foi difícil e durou mais de 16 anos. Neste caso, também a viagem para Palmares deveria ter-se dado mais de 16 anos depois de 1679 ou 1680 — o que não é admissível nem por Barbosa Lima Sobrinho.Quando e onde teria sido o encontro com o velho Ávila que Calmon supõe bem antes desta impossível data? Toda a História precisará ser corrigida.

2 — A Carta Autógrafa

Querendo dar mais força aos seus argumentos, Barbosa Lima Sobrinho faz também jogo com a Carta Autógrafa de Domingos Jorge Velho. Nela se lê:

"...e me fizeram largar a mim e a elas o domicílio que a poder de uma perfídia e diuturna guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana de mais de 16 anos, nós tinhamos conquistado,povoado, lavrado e prantado com nossas criações, e tudo deixamos...".

Com a mesma cegueira ou desatenção anterior, ele não percebeu as consequências dos seus cálculos, e afirmou:

"A data da Carta era de 15 de julho de 1694. Os 16 anos a que se reportava iriam até 1678, e poderia haver exagero na conta e nunca na diminuição, uma vez que procurava alinhar méritos para a conquista e justificação das vantagens que estava pleiteando. Seria dificil falar em prioridade, com uma data tão remota, quando a presença de Domingos Afonso deveria ser anterior à data de 1676, das sesmarias que ele, e seu irmão obtinham, em companhia da Casa da Torre. Quem contesta. pois, a data de 1661 ou 1662, admitida por Pereira da Costa e Afonso Taunay, é o próprio bandeirante, uma carta que se diz haver sido redigida de seu próprio punho" (11).

É absurda esta conclusão. Não está escrito, nem Barbosa Lima leu (porque a transcreveu correto), que o Bandeirante tenha afirmado que chegou ao Piauí em 1678. O que Domingos Jorge Velho escreveu e Barbosa Lima copiou foi que a guerra ao gentio durou mais de 16 anos. Em nunhuma passagem se lê que a presença do Bandeirante no Piauí se limitou apenas a 16 anos de guerra ao índio piauiense. Isto vai por conta de Barbosa Lima Sobrinho que lendo e transcrevendo "mais de 16 anos" de guerra simplesmente argumenta como se no texto se

lesse: há 16 anos atrás, desrespeitando o o pensamento do autor a a capacidade de raciocínio do leitor. Analisemos as consequências desta distorção:

A ser como ele pensa, na primeira hipótese, Domingos Jorge Velho teria chegado ao Piauí em 1671. Neste caso, o Bandeirante se anteciparia ao Mafrense que, conforme o próprio Barbosa Lima Sobrinho, só veio ao Piauí entre 1671 e 1676:

– na segunda hipótese, aceitando a data de 1680, teríamos que aceitar que, no encontro narrado por Rocha Pita, o Bandeirante ainda não era "poderoso em arcos", nem andava "com numeroso troço dos seus gentios domésticos", salvo se admitirmos para tal encontro uma data bem mais próxima à marcha para os Palmares, o que também não é possível, a não ser que seja mais conveniente admitir o encontro com o velho Garcia d'Avila, cinco anos depois que ele morreu.

3 – O Requerimento de Bento Sorrel

Bento Sorrel Camiglio, falando do Terço de Domingos Jorge Velho, diz:

... "no seu dito Terço, que com muita razão lhe pode chamar seu, pois os soldados dele são seus servos que ele adqueriu no decurso de mais de 20 anos, à própria custa de sua fazenda, com o seu trabalho, e com muito risco de vida" (12).

Uma segunda vez se faz necessária a observação anterior: Não há 20 anos, mas "no decurso de mais de 20 anos, tal como em negrito evidenciou o próprio Barbosa

Lima Sobrinho. Além desta observação, quero salientar que o Requerimento de Bento Sorrel, segundo o mesmo Barbosa Lima Sobrinho, foi "feito possivelmente em 1694" (13), mas este possivelmente tem sentido de infalivel pois categoricamente ele conclue: "Teríamos aqui o ano de 1674, descartada a imprecisão do mais para a formação do Terço" (14). Que validade pode ter um argumento resultante de um jogo de números e de um ajeitamento de idéias com fim preconcebido? O que se lê do texto é que o Terço se formou no decurso de mais de 20 anos. A ninguém cabe o direito de retirar dele palavras como "mais de", tão importantes na intelecção do período em que o Terço se formou.

No texto em análise também não se lê que o Terço acabou de se formar exatamente na data em que se redigiu o documento de Bento Sorrel; ao contrário, quando Domingos Jorge Velho foi convocado para os Palmares, sua tropa já era tão importante que foi a preferida entre tantas.

Do exposto, creio que se pode, sem mais delongas, concluir que as contradições não estão nos textos, mas no direcionamento que Barbosa Lima Sobrinho escolheu, "no desejo de deixar" o Mafrense "sem concorrentes". É tempo de concluir também que a redação não é confusa, nem os papeis são discordantes de vários outros, apenas os documentos foram mal interpretados. Se o leitor não é apaixonado, facilmente perceberá a coerência entre pensamentos e datas constantes nos documentos acima criticados.

— O Requerimento de 1705 diz que o Bandeirante viveu no Piauí 24 ou 25 anos;

— o documento de Bento Sorrel diz que o Terço "ele adquiriu no decurso de mais de 20 anos;

— a Carta Autógrafa só diz que a guerra ao gentio durou mais de 15 anos.

Não sei onde está a impossibilidade de aceitar que 24 ou 25 anos sejam mais de 20. Não há repugnância em(ao contrário, o mais aceitável é) aceitar que o Bandeirante tenha vivido pacificamente alguns anos(menos de 8 ou 9) em terras piauienses antes de sua partida para Alagoas. Aquele Terço constituido de paulistas, companheiros de primeira hora, num período de mais de 16 anos de guerra aos nativos foi estruturado com a inserção de índios valorosos até que, após 20 anos,era a maior força militar do nordeste, e que em 1684 mereceu ser solicitada para o Serviço Real, no Rio Grande e nas Alagoas.

CAPÍTULO IV

MAIS ARGUMENTOS EM FAVOR DO PAULISTA

A presença de Domingos Jorge Velho no Piauí, não se comprova apenas pela força dos documentos citados como confusos por Barbosa Lima Sobrinho. Há outras fontes históricas (algumas das quais ele conheceu) que confirmam a nossa opinião.

4.1 — Documentos de possível aplicação ao Paulista.

Nenhum texto conhecido nos mostra que Domingos Jorge Velho tenha ido à Casa da Torre oferecer ao régulo de lá os seus préstimos, mas sabemos, em mais de uma citação, que o conquistador dos Palmares esteve a serviço daquele Feudo.Pedro Calmon, na já citada História da Casa da Torre,admite que, por volta de 1671, o velho Garcia d'Avila chegou aos confins do Maranhão (1). Sua marcha não foi pelo vale do Gur-

guéia ou do Piauí, ainda não descobertos, mas via Salitre, Itapecuru. Ceará Mirim. E, por que não via Poti, se Araripe e Ibiapaba já eram conhecidos? E por que não admitir também esta a época do encontro do Bandeirante com o senhorio da Casa da Torre, já que, pelos argumentos supra, alí habitava Domingos Jorge Velho? Calmon também nos fala de um encontro do Bandeirante com Francisco Dias d'Avila que, segundo esse escritor, "Possivelmente" se deu por volta de 1678 (2). Não creio que a vinculação de Domingos Jorge Velho com a Casa da Torre tenha sido nesta época. Sou mais propenso a admitir que o avistar-se com o sucessor de Garcia d'Avila tenha sido mais " um dar conta do recado" com o novo chefe, pois o diálogo dos dois Domingos já faz sentir um compromisso, cada um seguindo para seu lado a descobrir e povoar novas terras.

Outro documento que não cita Domingos Jorge Velho, mas pela sua contextura permite que se aplique a ele, é a exposição do Padre Antônio de Sousa Leal, contra a anexação da Ibiapaba ao Maranhão. A certa altura daquele documento se lê:

"Havia trinta anos antes da região ser povoada de gados, que lá se fora, fixar, por algum tempo, o paulista chamado Surdo, que daí levara para escravos muitos gentios, uns enganados e outros capiturados na guerra, deixando as duas tribos Biute e Ubate quase exterminadas, e todas as outras desconfiadas de que não podiam viver em paz com os Portugueses. Só do tapuia barbado, que agora, sem motivo, queria o Mestre de Campo Bernardo de Garvalho

guerrear, não podia o Paulista tirar lucro porque vivia nas suas matas e era muito forte" (3).

Sabemos que o povoamento do Longá se deu pela década de 1680, mas particularmente a partir de 1693, com Bernardo de Carvalho, que trouxe para junto de sí cerca de 40 curraleiros (4). Se 30 anos antes alí esteve um Paulista, "por algum tempo", porque não aceitar Domingos Jorge Velho que era paulista, que afirma alí ter estado na mesma época e por algum tempo? Não será possível também que Domingos Jorge Velho precisou de intérprete para sua conversa com o Bispo de Olinda, exatamente porque era surdo?

Segundo uma Tradição, Domingos Jorge Velho se instalou na Barra do Poti donde partiu para Palmares. Isto não é improvável. São-nos por demais conhecidas, entre outras, de escritores maranhenses, as citações de Betendorf a respeito dos brancos instalados no Piauí, entre o Maranhão e a Ibiapaba. Também sabemos que o Governador do Maranhão propôs aos paulistas, sediados no norte piauiense, o comando da Conquista dos índios do Vale do médio e alto Itapecuru, inclusive lhes oferecendo patentes (5). Estas ocorrências, basta rever os textos, não se deram longe da Barra do Poti, e, mesmo que não se refiram diretamente ao Conquistador dos Palmares, se referem a Paulistas que, conforme a já conhecida Carta Autógrafa, constituiam um grupo, cujo chefe era Domingos Jorge Velho. Isto se pode concluir também, quando sabemos que Francisco Dias Siqueira estava a-

campado entre os Aruazes e era comandado por outro paulista. Quem?

Sabemos ainda que, no começo do século XVIII, a Casa da Torre tentou se apossar das terras entre o Poti, o Longá e o Piracuruca, colocando em diversas fazendas procuradores seus,como é o caso de Miguel Pinheiro de Carvalho,no Maratauan,Miguel de Abreu Sepúlveda,no médio Poti.Nunca, porém,quiz ocupar a Barra do Poti.Barbosa Lima Sobrinho jamais pensou em buscar uma explicação porque tantas terras foram ocupadas, e a Barra do Poti ficou sem dono até muitos anos depois da morte de Domingos Jorge Velho.

4.2 – Um Documento irrefutável

Barbosa Lima Sobrinho escreveu:

"Nunca pude compreender que existissem essas sesmarias e não houvesse referências a elas, nem através de documentos que deveriam ter sido encaminhados ao Governo do Estado do Maranhão,nem nas narrativas dos viajantes que percorreram, às vezes minunciosamente, a região em que elas deveriam ter existido".Diz Ainda:"Sesmarias realmente concedidas e confirmadas não desaparecem sem deixar rastro, na terra ardentemente disputada. E se não deixam rastro, não podem aspirar se não o domínio da ficção" (6).

Não se deve ser tão categórico assim, quando a evidência não aparece,porque é possível uma decepção.Não se conservam todos os documentos referentes às sesmarias. Sabe-se, de certo, que sesmarias

foram concedidas na Bahia,Pernambuco e Maranhão, cujos documentos originais desapareceram. A não existência atual de documentos a respeito de certos fatos transmitidos por tradição, não os torna inverídicos, mas apenas sem comprovação, o que não nos dá autoridade a negá-los, sem por em jogo nossa reputação como historiador. Nem Barbosa Lima Sobrinho, nem eu, jamais vimos todos os documentos da Torre do Tombo. Mas eu vi um que Barbosa Lima Sobrinho não viu. Este documento põe por terra todos os argumentos do ilustre historiador,quanto à presença do Mestre de Campo do Palmares em terras piauienses, com SESMARIA.

Na Torre do Tombo,no Livro 60 das Mercês de Dom João V, às folhas 226verso, 227 e 227 verso, está registrada a confirmação da sesmaria de Dâmaso Pinheiro de Carvalho. Neste registro se lê a seguinte informação sobre o tema em questão:

"Um dos primeiros povoadores da Capitania do Piauí, o qual, à custa de seu trabalho e fazenda,tem ajudado a desenfestar do muito gentio bárbaro que a habitavam, e onde possuia quantidade de gados vacum e cavalares, dos quais tinha situado alguns na parte chamada Cabeceira do Riacho Cobra, até as Tabocas, NAS TESTADAS DA SESMARIA QUE FOI DO MESTRE DE CAMPO DOMINGOS JORGE VELHO, onde para a criação dos ditos gados e suas multiplicações,necessita de três léguas de terras de comprido e uma de largo".

As cabeceiras do rio das Cobras (Surubim) ficam bem próximas da cidade de Altos, e as Tabocas, não mui distantes de

lá, na direção de Teresina. Assim sendo, como duvidar da presença de Domingos Jorge Velho na Barra do Poti, ou suas proximidades, sabendo-se que no século XVII ainda não havia a restrição de sesmarias fixadas em três léguas de comprimento por uma de largo; sabendo-se que os Barbados ficavam a noroeste dalí, que os Biutes e os Ubates ficavam ao norte, os Aruazes a sudeste, os Gueguês ao sul, todos não tão longe da Barra do Poti?

Se recordamos estas tribos com quem conviveu o Bandeirante, se revemos as citações do Padre Antônio de Sousa Leal, se refletimos sobre os textos vários que falam da presença dos Paulistas no Piauí, se observamos que não há contradição de datas, como pensava Barbosa Lima Sobrinho, não creio que possa perdurar a idéia de mera coincidência.

Domingos Jorge Velho é o pioneiro entre os curraleiros do Piauí.

CAPÍTULO V

OUTROS CURRALEIROS NOS VALES DO NORTE

Domingos Jorge Velho nos fala de "outras povoações de brancos" que lhe sucederam. Até hoje não sabemos quem eram aqueles visinhos nem mesmo quem foram os companheiros remanescentes, após a partida para os Palmares. Notícias esparsas nos fazem pensar que o principal deles era Francisco Dias Siqueira, vindo do sul, mas aposentado entre os Aruazes e que, provavelmente, ficou na administração dos bens deixados pelo grande bandeirante. Foi Francisco Dias Siqueira quem ajudou Bernardo de Carvalho a se instalar em Bitorocara, mandando-lhe o próprio Sobrinho para a construção da Casa Forte e instalação do seu curral em 1695(1). Outro seria Luís da Silva Pimentel que desde 1677 servia ao Mestre de Campo como soldado, alferes, ajudante e Capitão de Infantaria do Terço que guerriou no Rio Grande do Norte e em Pal-

mares. É de se admitir que todos aqueles citados por Dona Jerônima Cardim, na petição de sesmaria de 1705, também eram auxiliares seus no Poti. Nenhum documento encontrei daqueles homens no Piauí, além do pedido de sesmaria acima citado.

Há uma alegação em desabono dos currais do Norte. É que só no século XVIII começaram os pedidos de Sesmaria naquela parte do Piauí. Não é muito exato afirmar assim. Sesmarias foram feitas. Delas apenas não restaram documentos. Sabemos por exemplo que bahianos requereram sesmaria no vale do Longá (ou Poti?),pela década de 1680, e os índios não concordaram com a posse das sesmarias porque não lhes tinham vendido terras, mas apenas aforado(2). Diversas sesmarias concedidas entre 1712 e 1720 pelo governo do Maranhão tiveram confirmação real, mas seus registros não mais existem no Arquivo do Pará (3). Uma coisa é não terem existido sesmarias, outra é não se ter conhecimento delas. Isto não significa também que aquelas terras não tenham sido habitadas. É preciso lembrar que os que para ali foram não eram maranhenses apenas, mas paulistas, bahianos, pernambucanos, que apenas sabiam estar nas fronteiras do Maranhão,mas nenhum contacto tiveram com o seu Governo. Já povoada a região, surgiu a dificuldade da competência. É o caso de Antônio da Cunha Souto Maior que não querendo ser foreiro da Casa da Torre,correu a São Luís em busca de um documento de posse de terra, o que lhe foi negado porque o Governador daquele Estado ignorava serem de sua jurisdição aqueles

campos. Além disto, não era fácil a comunicação com aquele poder, ora sediado em São Luís ora em Belém, porque entre posseiros e Governo eram incalculáveis os perigos que o selvagem proporcionava.

Não sabemos se, nem é provável que, Francisco Dias Siqueira tenha aldeiado os Aruazes; mas sabemos de certeza que ao tempo da Descrição do Sertão do Piauí, aqueles índios já estavam aldeiados e cristianizados, e ali já residia o maior núcleo populacional de todo o Piauí.

As fazendas citadas na mesma Descrição, Poti abaixo e pelo Longá, foram na maioria implantadas em época desconhecida, mas os rebanhos ali instalados já eram suficientes para exportação e de há muito eram geradores de renda à Fazenda Real.

Nos Arquivos de Lisboa e de Belém do Pará, pouca coisa encontrei a respeito dos nossos primeiros fazendeiros. Aqui registro os poucos nomes que consegui colher
— O Pe. João da Costa Pereira, não citado na Descrição do Sertão do Piauí, era reconhecido como um dos conquistadores e povoadores do Piauí. Sua sesmaria, só confirmada em 1715, ficava no baixo Longá, no sítio Nossa Senhora da Vitória,e, "havia muitos anos estava pagando dízimos à Fazenda Real".Esta citação nos leva a três conclusões: Se pagava dízimos há muitos anos é porque era grande o seu rebanho e de bem mais tempo instalado;se a cobrança ali chegara é porque outros fazendeiros o cercavam pois não compensava uma cobrança de dízimos em terras tão infestadas de índios se a regi-

ão fosse erma. Além do mais, um Padre entre selvagens explica a possível paz que outros curraleiros encontraram junto aos índios.

- João Fernandes Lima, morador visinho do sítio Vitória, residia ali com seu curral desde 1699, mas antes dele, no mesmo local, residira um seu tio que em 1714 fora morto em luta com os índios comandados por Mandu Ladino (7).
- Quando Manuel da Cunha recebeu patente de Capitão da Infantaria de Ordenança do Piauí, no distrito do Rio dos Camaroês até o Canindé (conf. 7/10/700) já era substituto de Antônio Machado.
- Dâmaso Pinheiro de Carvalho, aquele que o Pe. Miguel de Carvalho coloca como o senhor de Caraibas, é também tido como um dos primeiros povoadores da Capitania do Piauí" (5), foi proprietário no Longá
- Sebastião de Oliveira Costa, tido igualmente como "um dos primeiros povoadores da Capitania do Piauí" morava na Barra do Longá e auxiliou Bernardo de Carvalho na conquista do Piauí, no posto de Capitão, já em 1712.
- Miguel de Abreu Sepúlveda que em 1696 tinha seu curral no Poti, devia ter posse ali há muitos anos, pois em 1704 se transferira para Mocha, porque nomeado Sargento Mor daquela povoação. Tal patente não se conferia sinão a pessoas competentes e, normalmente de certa idade e experiência.
- Miguel Pinheiro de Carvalho, residente nas cercanias do Surubim, já era Capitão Mor em 1701. Foi ele um dos procuradores

da Casa da Torre na bacia do Longá.

- Manuel Antunes Trigo também era velho aposentado no norte piauiense e sempre resistiu entre o Piracuruca e o Surubim. Em 1702 fez representação contra o Capitão Mor do Ceará, Francisco Gil Ribeiro, que aprisionando índios da ribeira do Pirangi, revoltou toda a tribo e, "por este motivo, mataram os tapúias muitos vaqueiros e destriiram muito gado vacum e cavalar na ribeira da Piracuruca, importando a perca em mais de 150 mil cruzados" (6). Manuel Antunes Trigo foi um dos grandes prejuducados.

É possível que algum destes citados tenha tido antecessores, como também é possível que a sua chegada não seja tão pretérita como suponho. Deles tenho apenas as citações transcritas, e de nenhum a data precisa em que por aqui chegou. Apenas pretendo mostrar que suas presenças no norte piauiense são anteriores ao que se pensa ter sido o início daquela colonização.

CAPÍTULO VI

OUTROS SINAIS DA PRIORIDADE DO NORTE NO POVOAMENTO DO PIAUÍ

Embora creia que os argumentos apresentados e os fatos citados, principalmente os do Capítulo anterior, bastem para dirimir qualquer dúvida quanto a prioridade do norte no povoamento do Piauí, outra série de argumentos pode ainda ser apontada.

Com a fixação do homem nos nossos sertões se desencadeou, posto que lento e obscuro, um processo civilizatório que, como todos os outros, foi além da simples relação familiar. Veio Domingos Jorge Velho, aqui organizou o seu Terço, cercou-se dos seus auxiliares de armas, formando a primeira comunidade estavel que se desdobrou com a chegada dos Pinheiro de Carvalho (Dâmaso e Miguel). Na Barra do Longá e nas margens do Piaracuruca, em data desconhecida também se fixaram outros curraleiros,

dos quais temos notícias apenas de Manuel Antunes Trigo e de José Nunes, que não é certo tenham sido os primeiros. A partir destes pioneiros, outros e mais outros se juntaram de modo que no final do século XVII já eram mais de quarenta os fazendeiros do Alto Longá, Surubim e Maratauan. Surgiram as relações de visinhança. O índio, ou se ajustou ao branco e com ele passou a conviver, ou fugiu, quer para o norte, quer para a outra margem do Parnaíba.

Desaparecido o problema indígena, veio o povoamento, os currais, o comércio ambulante, a Capela.

É interessante notar que, diferentemente do sul piauiense, quase nenhum povoador se preocupou com a legalização de suas posses. As primeiras sesmarias, hoje conhecidas datam do início do séc. XVIII.

Os primeiros colonos não se desvincularam de suas raizes longínquas e lá tornaram quer em busca dos mantimentos que a nova terra inicialmente não lhes dava, quer para a venda do índio já amansado, ou, quem sabe, para o comércio de uma ou outra preciosidade de metais e pedras. E assim nasceram os primeiros caminhos e surgiu o pequeno comércio.

6.1 — Os primeiros caminhos

Os caminhos são vias de comunicação e sempre nascem da necessidade do intercâmbio entre pessoas e grupos cujo isolamento espacial precisa ser compensado pela aproximação física. Os caminhos no Piauí surgiram para realizar esta aproxi-

mação entre curraleiros e ainda para servir de ponto de ligação entre a fazenda e a cidade ou vila.

Vários autores escreveram sobre os nossos primeiros caminhos. São-nos conhecidas as descrições feitas por: Capistrano de Abreu, Barbosa Lima Sobrinho, Studart Filho, Odilon Nunes, para falar apenas dos principais que se ocuparam de nossa região. Por esta riqueza de documentários sabemos da obra de Vital Maciel Parente, já em 1679, tida como pioneira; sabemos também das duas expedições de João Velho do Vale, que foram concluidas em 1686, quando chegou vitorioso à Bahia, após cortar veredas que reduziram as grandes distâncias do passado.

A leitura de tais notícias não levou nossos primeiros historiadores a perceber que estas estradas não foram construidas de uma só vez, antes são o resultado de inúmeros pontos de ligação entre desconhecidos posseiros e abnegados missionários que, nos primeiros momentos da ocupação, contactaram uns com os outros, vezes e vezes. Tais pontos de ligação não raro se fizeram pelo aproveitamento das trilhas dos nossos índios.

Porque nossos primeiros historiadores não se deram ao trabalho de uma reflexão, não perceberam que ninguém rasgou florestas da Ilha do Maranhão à Bahia. Foi necessário, pelo menos, meio século para que se unissem aqueles extremos. Quem hoje faz reflexão histórica, busca uma explicação para tão longa via e se apercebe de que os caminhos se abriram na medida em que o

homem foi penetrando aqueles vastos rincões. Por um lado se deu o processo de ocupação dos vales do Itapecuru, do Moni, e por outro lado, vindo do Ceará, o paulista, o baiano e o pernambucano foram se assenhorando do Poti, do alto e médio Longá, do Piracuruca. Entre um curral e outro se abriu uma via que aos poucos uniu o Piauí ao Maranhão, cabendo ao Governo maranhense apenas alargar as passagens, reduzir as sinuosidades, distanciar-se do índio bravo e traiçoeiro. Sabemos um pouco da história destes caminhos.

No século XVI, do Piauí, só o litotal e suas proximidades eram conhecidos. Naqueles primeiros tempos não havia necessidade de caminhos sinão os de rios a dentro para o transporte de madeiras. Quando porém os franceses fizeram amizades com outras tribos além dos tremembés, chegando à Ibiapaba, nasceu a conveniência de uma comunicação por terra, porque pelo mar os ventos eram contrários, e pela praia as dunas eram martirizantes. Este primeiro caminho que franceses e índios abriram foi o trilhado por Pero Coelho, por Jerônimo de Albuquerque, por Frei Cristovão de Lisboa e tantos outros. Afastados os franceses, cêdo os selvícolas sentiram a mudança de comportamento dos brancos. Os portugueses violentaram tanto os tremembés que se tornou quase impossível a convivência. O caminho se fez impraticável porque os aborígenes do litoral mal respeitavam os missionários. Nova via se fez necessária. Isto aconteceu justamente quando começou a marcha de interiorização, com a ocupação do

médio e baixo Itapecuru e Moni. Por esta época se fez necessária uma pequena curvatura para se chegar ao Piracuruca, que começava a ser povoado. Por ele se chegava fácil à Missão da Ibiapaba. Este caminho foi provavelmente o primeiro percorrido por João Velho do Vale que na sua primeira expedição à Ibiapaba deixou, como sabemos, dois caminhos (seria o do litoral e este desvio fugindo dos Tremembés).

Esta segunda via ainda tinha os seus perigos, porque também infestada de índios,não tão ferozes como os do litoral. Eram, do lado do Maranhão os barbados que começavam a ser atacados, e do lado do Piauí, os Biutes e Ubatês que os paulistas principiavam a escorraçar. É certo que em 1685 já existia esta estrada; é o que se percebe da leitura de "Páginas de História e Pré-História, de Carlos Studart Filho: "Dessas e doutras explorações resultaria traçar-se uma estrada entre o Ceará e o Maranhão, pelo Moni e Itapecuru, e de cuja existência temos notícia pela carta escrita a El Rei de Portugal, por Gomes Freire, em 25 de agosto de 1685"(1).

A terceira via para a Ibiapaba(a segunda de João Velho do Vale) supondo que se fez do Itapecuru ao Poti e desde à Ibiapaba donde seguiu para a Bahia, "provavelmente por Cabrobó e Geremoabo" (2). É sempre bom repetir que antes de se chegar da Ilha do Maranhão ao Poti, já havia a ligação deste rio com o Ceará, e, via Araripe, com a Bahia e São Paulo. Era o caminho trilhado pelos paulistas.

Ao lado destes fatos, outros, não

explícitos mas facilmente perceptíveis,reclamam atenção:

A presença de Domingos Jorge Velho, de Dâmaso e Miguel Pinheiro de Carvalho, na bacia do Longá, a sesmaria — foro daqueles bahianos trucidados e principalmente o retorno às pressas do sobrevivente, via Ibiapaba,citados por Betendorf(3), significam que, alguns anos antes de João Velho do Vale, existiam caminhos do Piauí ao Ceará, pelo interior.

Pedro Calmon, em data que presume ser em 1672 ou 1673, nos fala daquela viagem do velho Garcia d'Avila com seu filho Francisco Dias d'Avila, antes do Oficial descobrimento do Piauí. Pelo que se sabe, esta marcha se fez quando o velho Mestre de Campo, senhor da Casa da Torre,"foi bater os bárbaros em guerra justa" (sic), atravessando Pernambuco, passando o Ceará Mirim e chegando aos confins do Maranhão. Ora, se tal foi o roteiro,não passaram pelos vales do Piauí e Gurguéia. Como sabemos que por esta época já o branco rodava pelo meio norte piauiense, como sabemos que por esta época já o missionário evangelizava o índio, como sabemos que Domingos Jorge Velho trabalhou para a Casa da Torre, como sabemos que Domingos Rodrigues de Carvalho teve missão militar diversa de Domingos Afonso Mafrense, como sabemos que no norte piauiense estavam aposentados os homens do Terço de Domingos Jorge Velho, alguns dos quais com os índios Aruazes, já aldeiados e cristianizados, por que não concluir pela civilizadora presença do branco no norte piauiense

antes que no sul, quando temos incontestada toda a história do povoamento dos vales do sul somente a partir de 1674?

Não apenas no norte se chantaram os primeiros currais, o comércio no norte, antes que no sul, também é uma prova daquela prioridade.

6.2 — O comércio incipiente

O comércio nunca pode anteceder ao povoamento, e sempre se fez para o atendimento das necessidades não produzidos no meio. O comércio no norte piauiense, de muito antecedeu ao que se instalou no sul. Os primeiros sinais desta atividade econômica, nós os encontramos na obra de Gabriel Soares, onde se relata aquele comércio de madeiras e pedras, já existentes alguns anos antes; continuou por ocasião do domínio francês, perdurou anos e anos. Os holandeses não só negociaram nossos metais preciosos, mas aqui mesmos os trabalharam, deixando como sinal de sua presença as bigornas encontradas em Frexeiras e Marvão. Já pela década de 1680 nos fala o Pe. Betendorf daquela troca de terraspor instrumentos de trabalho, feita entre nossos índios e baianos, em busca de terras para currais.

Nada disto se sabe ter acontecido entre os que, nesta época, viviam pelos vales do sul.

CAPÍTULO VII

EXPLICAÇÃO DO ERRO JÁ CONSAGRADO

É fácil explicar porque por tanto tempo houve um consenso entre os nossos historiadores a respeito do povoamento do Piauí.

Piauí não era a vastidão que compreende hoje o Estado do Piauí, mas apenas um rio, em cujo vale se desenvolveu uma civilização que logo se estendeu por outros vales, como o do Gurguéia, do Caninde, atingindo por fim, do Parnaíba às serras que nos ligam ao Ceará, Pernambuco e a Bahia. Neste Piauí do passado, à sombra de uma Capela de Taipa, inspirada pelo zelo incansável de um Cura que só viveu para o nosso povo, nesceu a primeira organização religiosa e política do Piauí de hoje — a Freguesia e Vila de Mocha. O que os pioneiros pesquisadores de nosso passado descreveram foram as orígens e o desenvolvimento desse núcleo que então se chamava

Piauí. Nenhum deles teve o cuidado de observar que nos séculos XVI e XVII o território que é o Piauí de hoje, eram duas porções que aos poucos foram conquistadas por pessoas e grupos independentes, alguns dos quais provindos do Maranhão, de São Paulo e mesmo de Portugal

— O sul, continuidade dos sertões do São Francisco, que politicamente estava vinculado ao Estado do Brasil, foi colonizado quase que exclusivamente pelos sertanistas a serviço da Casa da Torre, que desde os primeiros momentos tinha por objetivo fazer de nossa terra um prolongamento de seu grande feudo;

— O Norte, porção oriental do Estado do Maranhão, que além de ter tido mais de uma fase de ocupação, foi habitado por gente provinda de paragens diversas, vivendo uma total independência, com relação aos outros marinheiros no norte, sertanistas no centro e no sul, missionários em toda parte, paulistas, pernambucanas, maranhenses se uniram na mesma aventura do português, conquistando para si as terras descobertas com o sacrifício tantas vezes de suas próprias vidas.

Com o tempo, e principalmente a partir das primeiras determinações reais de que a porção sul, mais próxima do Maranhão que de Pernambuco, se ligasse política e religiosamente àquele Estado, o nome Piauí passou a designar todas aquelas terras que estavam à margem direita do Parnaíba. Ao se criar a Freguesia de Mocha, seu pároco lentamente foi assumindo toda a vastidão entre as serranias do sul e do oriente e o Parnaíba.

Os primeiros narradores de nosso passado foram historiadores ligados ao Estado do Brasil e conhecedores apenas do que lhes contaram seus conterrâneos. Sobre o norte piauiense nada mais sabiam que o que escreveram os que fizeram o reconhecimento do litoral. Apenas Rocha Pita nos disse um pouco sobre o paulista Domingos Jorge Velho. Convém notar que ao tempo em que escreveu sua História, residia na Freguesia do Longá, Antônio da Rocha Pita, que provavelmente era seu parente. O que todos escreveram foi a história do Piauí de Mafrense, da Casa da Torre, das sesmarias latifúndios concedidas a privilegiados dos Governos da Capitania de Pernambuco. Se fazemos um estudo atento da história de nossa História, percebemos que tanto Pereira da Costa como d'Alencastre quase nada sabiam sobre os pioneiros de civilização do norte piauiense. O que se escreveu sobre Bernardo de Carvalho é um exemplo disto. Tendo sido ele a maior figura da História colonial, quase nem sequer foi conhecido. O povoamento do Longá, as origens de Campo Maior, Piracuruca, Castelo, Aruazes, Parnaíba não foram objeto de estudos porque os clássicos da História do Piauí não beberam os seus conhecimentos sinão nas fontes a que "Mocha estava ligada. E esta parcela do Piauí não teve as suas raizes vinculadas a Pernambuco e Bahia. Os que neste século se ocuparam do nosso passado tiveram os seus estudos fundamentalmente ligados àquelas fontes bibliográficas. E mesmo os manuscritos da

Casa Anísio Brito continuam uma incógnita para muitos, embora lá se encontrem diversos documentos que comprovam a participação da Freguesia do Surubim na estruturação política de Mocha.

Nunca é demais recordar que no século XVI, quando o nosso litoral começou a ser visitado, e no século XVII, quando nosso território se fez passagem entre o Brasil e o Maranhão, não se cogitava de dar nome à terra. O vale do Longá, como o litotal parnaibano ainda não eram o Piauí e o pouco que deles se escreveu não mereceu importância. É pela História do Maranhão e do Ceará que temos conhecimento do processo de ocupação desta fronteira entre o Brasil e o Maranhão.

Os historiadores do Maranhão não deram importância àquela silenciosa obra do povoamento da sua interlândia, preocupados que estavam com a conquista da Amazônia, com o imaginário "El Dourado" que nunca foi descoberto. Eis porque ficou quase no anonimato a ocupação dos vales do Itapecuru, do Moni, do Parauaçu(Parnaíba), do Longá do Piracuruca. Mesmo assim,o pouco que se registrou, tanto na crônica política como religiosa, foi o bastante para que se pudesse chegar a um mínimo da necessária verdade histórica.

No começo,porque só havia uma freguesia, uma so vila, muitos personagens importantes dos vales do norte eram tidos como se de Mocha, dadas as suas presenças ali. As povoações do norte só vieram a ser conhecidas a partir dos levantamentos indígenas de 1713, quando Bernardo de Carvalho fez a unificação do Piauí.

Assim, o erro tem sua explicação no passado, mas não se justifica no presente. Cabe ao historiador dos nossos dias abandonar a comodidade de repetir Pereira da Costa e Alencastre. É preciso rever os fatos e fazer crítica histórica com coragem, já que os documentos de nossas origens não são mais de tão difícil manuseio.

Espero que estas páginas possam levar o leitor a

— ou a uma aceitação do ensinamento que proponho, não mais ensinando as origens aquele Piauí de ontem, como sendo do Piauí de hoje;

— ou a uma decisão bem mais corajosa que a minha, de reestudar tudo o que se põe em discussão, para bem da verdade histórica.

Eu estou convicto de que só se fará com segurança uma História do Piauí depois que se vasculhar os Arquivos Nacionais, de Recife, de Salvador, de Belém, e São Luís, isto sem falar de um reexame do que se guarda na Casa Anísio Brito.

A obra talvez seja difícil, mas é necessária e urgente.Preciso de companheiros apaixonados, porque a luta é árdua, porém de louros compensadores.

NOTAS

Cap. I

1 — Jaime Cortesão — Introdução à História das Bandeiras I, Livros Horizonte Ltda, Lisboa, sem data, Edição, pág. 191

2 — Antonino Freire — Limites do Piauí, Imprensa Guanabara, Rio, 1921, pág. 14

3 — Gabriel Soares de Sousa — Tratado Descritivo do Brasil em 1587, Brasiliana vol. 117, Comp. Ed. Nacional, 3ª Edição, São Paulo 1938, pág. 12

4 — Idem, ibidem, pág. 13

5 — André Thevet — Les Français en Amerique, tomo II, Presses Universitaires de France, Paris, 1935, pág. 254

6 — Barbosa Lima Sobrinho — O Devasamento do Piauí, Brasiliana, vol 255, Comp. Ed. Nacional, São Paulo, 1946

7 — Pe. Luís Figueira — Relação do Maranhão, Edição Comemorativa do Tricentenário do Ceará, pág. 124

8 — Citado por Varnhagen — História Geral do Brasil, Tomo III

9 — Carta do Pe. Domingos Ferreira Chaves a El Rei em 23/11/1719, Manuscritos da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil, Vol. II, Cimbra, 1958, pág. 254

Cap. II

1 — Pe. Felipe Betendorf — Crônica da Missão dos Jesuitas no Estado do Maranhão, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXXII. Parte I, pág 314

2 — Idem, ibidem, pág. 315

3 — Carta Ânua de 25/07/1697, citada pelo Pe. Serafim Leite no vol III de sua História da Companhia de Jesus,

Cap. III

1 — Confesso que a descoberta das Sesmarias de Alagoas levam a pensar que Dona Jerônima requereu terras realmente onde depois lhe foram concedidas, principalmente tendo em vista que o Requerimento transcrito por Pereira da Costa está pontilhado exatamente onde se poderia ter o exclarecimento da questão — Procurei o original deste Requerimento no Arquivo Público de Recife e, infelizmente, a Funcionária me apresentou um livro de recente cópia manuscrita, igual às que conhecemos, dizendo-me que, se existia o original, ela o desconhececia. Também não consegui nem no Arquivo Ultramarino de Lisboa, nem na Torre do Tombo, qualquer pista a este respeito. Barbosa Lima Sobrinho tem, neste caso; uma argumentação bastante convin-

cente. A minha dúvida persiste porque, como adiante se verá, Domingos Jorge Velho teve Sesmaria no Piauí, no Poti e Parnaíba, tal como se lê no Requerimento.

Não tenho ainda uma posição definida em face da aparente contradição: Parnaíba — Poti ou Paraiba

— Potingh, mas estou inclinado a crer que o velho Bandeirante aspirou para sí um grande feudo como o da Casa da Torre.Para a Conquista de Palmares exigiu o quanto lhe foi possível,principalmente

— as terras que conquistasse nas Alagoas (cláusula 6)

— as terras já conquistadas no Piauí (cláusula 11)

Dadas as dificuldades surgidas, tanto a viuva como os auxiliares se contentaram com a já grande porção recebida, mas da metade do atual Estado de Alagoas.

2 — Barbosa Lima Sobrinho — O Devassamento, citado, pág. 190

3 — Requerimento de Dona Jerônima citado em o Devassamento, pág. 167

4 — Barbosa Sobrinho — O Devassamento , citado, pág. 63

5 — Barbosa Lima Sobrinho — História de uma Sesmaria e suas Aventuras,Separata da Revista de História, pág. 376

Observa-se que Barbosa Lima Sobrinho no texto e página da presente Nota tem duas afirmações:

— "Considero peça essencial o relato de Rocha Pita",

— "Seu relato assume, por isso, o sentido e o valor de um testemunho", mas na pág. 382 da mesma obra diz:

— "em que apenas sobrou o testemunho impreciso e contraditório de Rocha Pita". Eu me pergunto: É possível um historiador aceitar como peça essencial à qual dá o valor de um testemunho, um relato que ele mesmo afirma ser impreciso e contraditório?

6 — Sebastião da Rocha Pita — História da América Portuguesa, Livro VI, 1950, págs. 243 3 244.

7 — Barbosa Lima Sobrinho — História de uma Sesmaria,citada,pág. 377.

8 — Sebastião da Rocha Pita, obra citada, pág. 243.

9 — Barbosa Lima Sobrinho — História de uma Sesmaria, citada, pág. 379.

10 — Requerimento de Dona Jerônima, citado em O Devassamento, pág. 167.

11 — Barbosa Lima Sobrinho — História de uma Sesmaria, citada, pág. 379.

12 — Barbosa Lima Sobrinho — O Devassamento, citado, pág. 69.

13 — Idem, ibidem, pág. 69
14 — Idem, ibidem, pág. 69

Cap. IV

1 — Pedro Calmon — História da Casa da Torre, Livraria José Olímpio Editora, Rio, 1958, pág. 81.

2 — Idem, ibidem, págs. 100 e 101

3 — Exposição do Pe. Antônio de Sousa Leal a El Rei, sem data, Manuscritos da Casa de Cadaval, citados, pág. 384

4 — Certidão de Francisco Dias Siqueira, Cap. Mor das Tropas dos Paulistas e Governador de um Arraial no Piauí, 02/04/1697 Arquivo Ultramarino de Lisboa.

5 — Documentos Históricos, vol. XII, págs. 428–432, citado por Barbosa Lima Sobrinho em O Devassamento à pág. 19

6 — Barbosa Lima Sobrinho — História de uma Sesmaria, citada, pág. 372

Cap. V

1 — Certidão de Francisco Dias Siqueira, citado

2 — Pe. Felipe Betendorf — Crônica da Missão dos Jesuitas, citada, pág. 315

3 — O documento mais antigo de Sesmarias registradas no Pará, data de

1724 ou 1723. Os mais foram perdidos.

4 — Arquivo Público do Pará — Livro I de Sesmarias

5 — Descrição do Sertão do Piauí — Arquivo Ultramarino de Lisboa, Secção do Piauí

6 — Exposição do Pe. Antônio de Sousa Leal a El Reis, sem data, Manuscritos da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil, Vol. II, Coimbra, 1958, pág. 385

Cap. VI

1 — Carlos Studart Filho — Páginas de História e Pré-História, Ed. Instituto do Ceará, 1966, pág. 143

2 — Idem, ibidem, pág. 143

3 — Pe. Felipe Betendorf — Crônica da Missão dos Jesuitas no Estado do Maranhão, citada, pág. 315